

SEGUNDA LEITURA: Jogo ficou mais democrático entre professor e aluno



Spacca" data-GUID="vladimir_passos_freitas1.jpeg">

Os professores de Direito, nas poucas Faculdades existentes no passado, tinham perfil diferente dos atuais. Sempre, ou quase sempre, do sexo masculino, costumavam ser advogados bem sucedidos. Eventualmente, juízes ou promotores. Eram respeitados, ganhavam pouco e encaravam o magistério como um dever social, uma colaboração para formar novos profissionais. As aulas mesclavam teoria e prática e as provas costumavam ser semestrais, escritas e orais.

Nos últimos 30 anos as mudanças foram marcantes. O mundo se transformou e, com ele, os costumes, a forma de ensinar, a avaliação, as matérias e, como não poderia deixar de ser, os professores também.

O professor não é mais aquele senhor sério, respeitado, que sentava em uma cadeira colocada sobre um estrado e, com os braços apoiados na mesa, imóvel e em um único tom de voz, discorria sobre a sua matéria. Enquanto isto os alunos prestavam, ou fingiam prestar, atenção.

Hoje a idade média dos mestres é bem menor, quiçá entre 28 e 40 anos de idade. As mulheres assumiram a cátedra com paixão e, em algumas Faculdades, são a maioria. O professor entra e sai da sala de aula normalmente, é visto e tratado como um igual. Não há mais o chamado “temor reverencial”.

O primeiro requisito para o sucesso profissional do professor, evidentemente, é o conhecimento. Não há mais lugar para despreparados. Os alunos são exigentes, cobram boas aulas e avaliam os professores. Qualquer deslize ou incidente nesse campo poderá ser fonte de muito sofrimento. Nada mais triste do que um abaixo-assinado pedindo a saída do docente.

Nesta linha, o mestrado tornou-se obrigatório. O doutorado recomendável. O professor deve ter uma ampla visão do Direito e não só da sua disciplina. Deve estar preparado para ser um ensinante de visão larga, que alia teoria e prática e dá aos alunos um conhecimento amplo.



A matéria é, ou deve ser, exposta de outra forma. O professor não impõe sua posição, ao contrário, submete-se a perguntas e opiniões contrárias. O jogo é mais democrático. Tem que conquistar o aluno, convencê-lo da relevância do tema. Não, simplesmente, exigir silêncio e pôr-se a falar por 50 minutos.

Na exposição, o docente precisa usar técnicas modernas de comunicação. A linguagem precisa ser simples, direta. Frases em latim ou palavras que saíram do vocabulário (p. ex., quedar-se ou objurgado) não podem mais ser utilizadas. Simplesmente ninguém saberá o que significam e faltará a comunicação.

O corpo é também forma de expressão corporal. Os estudantes são, na maioria, jovens. Gostam de movimento, estão mais para os filmes norte-americanos de ação do que para os franceses de meditação intelectual. Por isso mesmo os professores de cursinho perceberam, há muitos anos, que as aulas deveriam ser movimentadas, dinâmicas. E por isso também os professores de Direito necessitam sair da mesa, percorrer a sala, provocar respostas, movimentar-se enfim.

Nesta difícil tarefa, aos vocacionados, permite-se a exploração do senso de humor. Uma graça no momento certo sempre é bem vinda. Mas este é um terreno para poucos e que deve ser explorado só pelos que estão seguros.

Neste difícil e atual papel de mestre e show-man (ou show-woman), para o qual não foi preparado, um curso de oratória será de grande utilidade. O uso das mãos, a entonação da voz, o movimento do corpo, tudo tem uma técnica. Alguns nascem com ela. Outros aprendem.

Como se vê, muito se exige hoje do professor. E tudo o que foi dito não será suficiente se não for ele, ainda, um orientador. Exatamente. Os alunos têm inúmeras dúvidas e dificuldades. Desde um jovem depressivo ou que faz uso de drogas, até um estudante maduro, de origem pobre, que luta com todas as dificuldades, para prestar um concurso público, muito precisam de ajuda.

Neste campo o papel do professor é de enorme relevância. Aconselhando, mostrando caminhos. Perder 30 minutos depois da aula, conversando em particular, poderá ser uma ajuda inestimável a alguém que dela muito necessita. Há uma grande quantidade de jovens totalmente descrentes das instituições e que precisam conhecer o que temos de bom.

Na avaliação, da mesma forma, é preciso encontrar caminhos paralelos. As provas não devem ser testes de memorização, mas sim um momento de mostrar redação e raciocínio lógico. Permitir consulta a livros e jurisprudência poderá ser uma boa opção. Afinal, o futuro profissional poderá, deles, valer-se no futuro. Mas daí, evidentemente, o rigor será maior.

Atividades extra-curriculares poderão auxiliar como pontos suplementares. Por exemplo, em Direito Penal, 1 ponto para quem assistir a julgamentos em uma sessão do Tribunal de Justiça. Em Direito Ambiental, 1 ponto para quem vir o filme “A qualquer preço”, com John Travolta. Tudo com relatório, evidentemente.

Distribuição de acórdão relacionado com a matéria, via internet, e discussão em classe na aula seguinte, poderá atrair mais a atenção do que discorrer sobre o Direito de forma teórica. Simulação de um



juízo, com atribuição de 1 ponto suplementar na nota aos participantes, também pode ser uma opção válida.

E no futuro? Como será o professor?

Em 10 anos, provavelmente, teremos as mulheres predominando em número, sempre com titulação acadêmica (mestrado e doutorado), fazendo do magistério superior profissão única e exclusiva, recebendo salários adequados à relevância do serviço que prestam e valendo-se da tecnologia de forma absoluta.

As classes deverão ter grandes telas, com acesso direto a filmes, reportagens em tempo real e à jurisprudência de Tribunais dos mais diversos países. Livros e revistas jurídicas serão lembrados com sorrisos. Sites e revistas eletrônicas serão a grande fonte de informações e seus opositores já estarão aposentados.

E assim, ontem, hoje e amanhã, variando e adaptando-se à época em que se vive, professores de Direito sempre terão um importante papel na formação dos futuros operadores jurídicos e nos rumos da nação.

Date Created

27/09/2009